Sábado, 17 de Dezembro de 1977

DARIO

ta Accembica de Populos.

I LEGISLATURA

2.4 SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1977

Presidente: Ex.mº Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade

Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMARIO: — O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. - Aprovado o n.º 6 do Diário. Deu-se conta do expediente.

A propósito da solidariedade solicitada a Assembleia, em carta dirigida a um Deputado socialista, a favor da libertação da cidada brasileira Elza Monnerat, o Sr. Presidente propósese, com a aquiescência da Câmara, enviar uma carta nesse sentido ao Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil

Em seguida, o Sr. Presidente deu conta da forma como foi recebida a missão parlamentar portuguesa que recentemente visitou a França e das impressões por ela colhidas durante a visita, sugerindo também a constituição de grupos parlamentares de amizade com os parlamentos dos países até agora visitados.

Foi referida a apresentação do projecto de lei n.º 87/1. relativo à Lei Orgânica do Serviço do Provedor de Justiça, de tiês petições (n.ºs 107/1, 108/1 e 109/1) e de vários requerimentos.

O Sr. Deputado José Leitão (PS) apresêntou e justificou um voto de protesto contra as agressões e actos de intunidação praticados por organizações e grupos fascistas em várias escolas do ensino secundário. Um voto no mesmo sentido foi depois apresentado e justificado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos (PCP). Em torno da discussão da matéria a que os votos de protesto diziam respeito, intervieram, a diversos titulos, os Srs. Deputados Monra Guedes (PSD), Nuno Abecassis (CDS), Arons de Carvalho (PS), Carlos Brito (PCP), Lucas Pires (CDS) e Acácio Barreiros (UDP). Por falta de tempo, a continuação da discussão e a votação dos dois votos foram adiadas para a sessão seguinte.

Ordem do dia. -- Lido, pelo Sr. Deputado Fernando Costa (PSD), o relatório da Comissão de Equipamento e Ambiente relativo à discussão e votação na especialidade do Decreto-Lei n.º 254/77, que aprova a Lei Orgánica da Direcção-Geral

do Sancamento Básico, sujeito a processo de ratificação (ratificação n.º 18/1), procedeu-se à votação final global do texto cluborado pea comissão, tendo este sido aprovado. Seguiram-se declarações de voto dos Srs. Deputados Helena Roseta (PSD), João Pulido (CDS) e Raul Rodrigues (PCP).

Foi depois aprovado na generalidade o projecto de lei n.º 87/1, relativo à Lei Orgânica do Serviço do Provedor de Justiça, tendo emitido declarações de voto os Srs. Deputades Pontes Leça (PSD), Cunha Pina (PS), José Luis Christo (CDS) e Jorge Leite (PCP), Aprovado um requerimento nesse sentido, o projecto de lei baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais para discussão e votação na especialidade, Entretanto, o Sr. Presidente deu informações acerca do

Entretanto, o Sr Presidente deu informações acerca do dia e hora em que os conselhos de informação já empossados se teunirium para deliberarem sobre a sua organização interna

4 sessão foi encerrada às 16 horas e 35 minutos.

Nota. E publicado em anexo o texto final elaborado rela Comissão de Equipamento e Ambiente relativo à ratificação (n.º 18/1) do Decreto-Lei n.º 254/77, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral do Saneamento Básico.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 14 horas e 15 minutos

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados;

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho. Agostinho Martins do Vale. Albano Pereira da Cumha Pina. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade. Alfredo Fernando de Carvalho.

Alfredo Pinto da Silva.

Amadeu da Silva Cruz.

António Barros dos Santos.

António Cândido Macedo.

António Chaves Medeiros.

António Duarte Arnaut.

António Jorge Moreira Portugal.

Antón o José Pinheiro Silva.

António Magalhães da Silva.

António Riço Calado.

Armando dos Santos Lopes.

Avelino Ferreira Loureiro Zenha.

Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.

Bento Elísio de Azevedo.

Delmiro Manuel de Sousa Carreira.

Dieter Dellinger.

Etelvina Lopes de Almeida

Ferniando Gomes Vasco.

Fernando Jalime Pereira de Almeida

Fernando Reis Luís.

Florêncio Joaquim Quintas Matias.

Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto

Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.

Francisco Igrejas Caeiro.

Gualter Viriato Nunes Basílio.

Herculano Rodrigues Pires.

Jerónimo da Silva Pereira.

João Joaquim Gomes.

João da Silva.

Jorge Augusto Barroso Coutinho.

José Cândido Rodrigues Pimenta.

José Ferreira Dionísio.

José Gomes Fernandes.

José Maximiano de Albuquerque de Aimeida Leitão

José dos Santos Francisco Vidal.

Ludovina das Dores Rosado.

Luís Abílio da Conceição Caoito.

Luís José Godinho Cid.

Manuel Augusto de Jesus Lama.

Manuel do Carmo Mendes.

Manuel João Cristino.

Manuel Joaquim Paiva Pereira Pines.

Manuel Lencastre Monezes de Sousa Figueiredo.

Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.

Maria Emília de Melo Moreira da Silva.

Maria de Jesus Simões Barroso Soares.

Maria Margarida Ramos de Carvalho.

Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.

Rui Paulo do Vale Valadares.

Sérgio Augusto Nunes Simões.

Telmo Ferreira Neto.

Teófilo Carvalho dos Santos.

Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

Partido Social Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.

Álvaro Barroso Marques de Figueiredo

Amândio Anes de Azevedo.

Amantino Marques Pereira de Lemos.

Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.

Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.

Antídio das Neves Costa,

António Augusto Lacerda de Queiroz.

António Egídio Fernandes Loja.

António Coutinho Monteiro de Freitas.

Arcanjo Nunes Luís.

Armando António Correia.

Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.

Francisco Barbosa da Costa

Francisco Braga Barroso.

Gabriel Ribeiro da Frada.

Henrique Manuel de Pontes Leça

João Afonso Gonçalves.

João António Martelo de Oliveira.

João Gabriel Soeiro de Carvalho

João Lucílio Cacela Leitão.

João Manuel Ferreira.

Jorge de Figueiredo Dias.

José António Nunes Furtado Fernandes.

José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.

José Joaquem Lima Monteiro Andrade.

José Júlio Carvalho Ribeiro.

José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.

José Rui Sousa Fernandes.

Júlio Maria Alves da Silva.

Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

Manuel Henrique Pires Fontoura.

Manuel Valentim Pereira Vilar

Manuel Sérgio Vila Lobos de Menezes

Mária Iália Mantaluña Machada

Mário Júlio Montalvão Machado

Nicolau Gregório de Freitas. Nuno Aires Rodrigues dos Santos

Nuno Gil Pires.

Olívio da Silva França.

Rúben José de Almeida Martins Raposo.

Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia Carvalho Reigoto.

Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.

Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.

Emílio Leitão Paulo.

Francisco António Lucas Pires.

João Lopes Porto.

José Cunha Simões.

Luís Esteves Ramires.

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.

Maria José Paulo Sampaio.

Nuno Kruz Abecassis.

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.

António Joaquom Navalha Garcia.

Antonio Marques Matos Zuzarte.

António Marques Pedrosa.

Custódio Jacinto Gingão.

Ercília Carreira Pimenta Talhadas.

Fernanda Peleja Patrício. Jerónimo Carvalho de Sousa.

Joaquim S. Rocha Felgueiras.

Jorge do Carmo da Silva Leite.

Jorge Manuel Abreu de Lemos.

José Cavalheira Antunes.

José Manuel da Costa Carreira Marques.

José Manuel Maia Nunes de Almeida.

José Rodrigues Vitoriano.

Lino Carvalho de Lima. Manuel Duarte Gomes.

Manuel Goncalves.

Manuel Mendes Nobre de Gusmão.

Manuel Pereira Franco. Manuel do Rosário Moita.

Nicolau de Assunção Madeira Dias Ferreira.

Raul Luís Rodrigues. Severiano Pedro Falcão.

Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Poppe Lopes Cardoso, José Justiniano Taboada Brás Pinto. Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 141 Srs. Deputados.

Tomos quónum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 14 horas e 30 minutos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Está em aprovação o n.º 6 do Diário.

Há alguma objecção?

Pausa.

Como não há, considero-o aprovado.

Srs. Deputados, vai proceider-se à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Alberto Andrade): — Carta do Sr. Deputado Gualter Basílio, datada do día 15 e dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que é do seguilnte teor:

Junto carta recebida da Sr.ª D. Ester Drumond, viúva de João Baptista Drumond assassinado em S. Paulo, no Brasil, em 16 de Dezembro de 1976. Pelo seu conteúdo, afigura-se-me de relevante interesse a sua leitura nesta Assembleia.

Texto da canta.

Srs. Deputados da Assembleia da República.

Neste dia 16 de Dezembro de 1977, primetro antivensário do assassinato, em S. Paullo, de Pedro Pomar, Angelo Arroio e de meu manido, João Baptista Drumiond, e da prisão de seis patritotas, sendo que dois outros até hoje estão desaparecidos, cu quenia agradecer a esta Assembleia da República pello acto de solidariodade que promoveu, aprovando por umanimidade uma moção de repúdio a estes crimes, o que contribuiu significativamente para salvar a vida dos seis detidos e, também, para libertor Mania Trindade.

O povo brasileiro, hoje, é um povo em luta pela neconquista das suas liberdades fundamentais. Operários, camponeses, estudantes, intelectuais, religiosos, empresários, todos os sectores da sociedade, voltam as costas ao regime ditatorial que oprime o nosso povo há mais de treze anos. Regime que assassina, fortura e mantém uma inumana distribuição de renda, onde uma pequena minoria vive em fartura e a grande maioria padece em condições miseráveis, sem ter sequer o mínimo para comer.

O povo brasileiro está agora empenhado na luta pera amnistia geral, sem restrições de qualquer espécie, e a convocação de uma Assembleia Constituinme livremente eleita, que elimine de uma vez por todas as medidas de excepção que nos amordaçam. Quero aproveitar a opontunidade para, mais uma vez, pedir a preciosa solidanistidade desta Assembleia, para a libertação de todos os presos políticos e o film da bánbara repressão que opnime nosso povo. Em particular, queria pedir a vossa solidariedade para Elza Monnerat, uma senhora de 64 anos, valente patriota, também detida na noite de 16 de Dezembro do ano passado. Elza sofreu violentas torturas e, dado a sua idade, corre nisco de morrer na prisão.

Mais uma vez agradecendo vossa solidariedade, respeitosamente,

Ester Drumond

Aplausos do PS, do PCP e de alguns Deputados do PSD.

Dois ofícios da Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira, datados de 9 de Dezembro, dirigidos ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

Resolução n.º 9/77/M da Assembleia Regional da Madeira

Com os mais respeitosos cumprilmentos, tenho a subida honra de enviar a V. Exa. uma proposta de lei, a submeter à Assembleia da República. que foi aprovada pela Assembleia Regional da Madeira, na sua sessão plenária de 7 de Dezembro de 1977, no exarcício da iniciativa legislativa prevista no artigo 229.º, n.º 1, alínea c), da Constituição Posítica e artigo 22.º, alínea d), do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira.

Reitero a V. Exa. os meus melhores cumprimentos. — O Presidente, Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues.

Resolução n.º 10/77/M da Assembleia Regional da Madeira

Com os mais respeitosos cumprimentos, tenho a subida honra de enviar a V. Ex.ª uma proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, que foi aprovada pela Assembleia Regional da Madeira, na sua sessão plenária de 7 de Dezembro de 1977, no exercício da iniciativa legislativa prevista no artigo 229.°, n.º 1, alínea c), da Constituição Política e artigo 22.º, alínea d),

do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira.

Reitero a V. Ex. os meus melhores cumprimentos. — O Presidente, Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues.

Ofício da Assembleia Municipal da Moita, datado de 13 de Dezembro, dirigido à Assembleia da República, do seguinte teor:

Excelências:

A fim de que se dignem tomar as medidas que o assunto requer, junto remetemos proposta aprovada por unanimidade por esta Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária de 29 de Novembro de 1977.

Com as nosas cordiais saudações democráticas. — O Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Lopes Pereira.

Texto da proposta:

- l Considerando que o direito à habitação é um dos mais elementares direitos humanos;
- 2 Considerando que a nossa Constituição, no seu artigo 65.°, aponta na defesa desse direito alienável:
- 3 Considerando que a aplicação dos Decretos n.ºs 293/77 e 294/77, caso não seja alterada, levará à acção de despejo de milhares de habições que se encontravam devolutas (muitas delas há dezenas de anos) aquando da ocupação;
- 4 Considerando que de uma forma geral os ocupantes dessas referidas habitações são pessoas de fracos recursos;
- 5 Considerando que a prorrogação do prazo por mais noventa dias do período para contactos com os senhorios, por via judicial, para a legalização das situações, não veio resolver o problema, em nosso entender, mas protelar a solução do mesmo:
- A Assembleia Municipal da Moita, em sua reunião ordinária de 29 de Novembro, propõe:

Apelar para todos os Órgãos de Soberania nacionais para a resolução desta desumana situação, exigindo que seja decretada uma amnistia para todas as ocupações de habitações devolutas ocorridas após 14 de Abril de 1975.

Moita, 29 de Novembro de 1977. — A Assembleia Municipal.

Ofício da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, datado de 8 de Dezembro, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

No passado dia 3 do corrente, reuniu-se a Assembleia Municipal de Viana do Castelo, tendo ficado aprovada por maioria a seguinte moção:

Considerando que a manifestação realizada no passado dia 1 de Dezembro, tal como se previa, foi uma manifestação de índole vincadamente reaccionária, que degenerou em actos de violência de natureza fascista, destinando-se a cavar o ódio entre os Portugueses e a pôr em causa as instituições democráticas, esta Assembleia condena veementemente a referida manifestação, exigindo a punição exemplar dos autores morais e materiais das cenas de violência desencadeadas

Com os meus cumprimentos, subscrevo-me, o Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Rodrigues de Freitas.

Ofício da Câmara Municipal de Machico, datado de 5 de Dezembro, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República, do seguinte teor:

Para conhecimento de V. Ex.ª, junto tenho a honta de enviar cópia de uma moção aprovada na sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia 28.

Com os melhores cumprimentos. — O Presidente da Assembleia Municipal, Eugénio de Nóbrega.

A moção é do seguinte teor:

O problema do Aeroporto é hoje, mais do que nunca, uma preocupação de todos os madeirenses.

A tragédia ocorrida no dia 19 próximo passado tarde se apagará da mente de cada um e dificilmente poderá deixar de se associar às reduzidas dimensões da pista.

São do domínio público as aturadas diligências do Governo Regional junto do Governo Central no sentido de obter uma rápida solução para o problema, de que dependerá, a curto prazo, a sobrevivência da actividade turística da ilha e a própria economia da região.

Entretanto, o processo vai hibernando pelos gabinetes de Lisboa.

O Sr. Ministro dos Transportes, Rui Vilar, de quem a solução depende em grande parte, veio à Madeira prestar declarações, que, pelo seu teor e pelo momento em que foram profenidas, constituem uma verdadeira ofensa à região e demonstram o desinteresse com que o Governo de Lisboa encara os problemas da região.

Nestes termos, propomos que a Assembleia Municipal:

- I Manifeste ao Presidente da República, Primedro-Ministro, Ministro da República e Ministro dos Transportes o seu repúdio pelas declarações por este prestadas por ocasião da tragédia ocorrida no Aeroportlo;
- 2 Proteste perante a Assembleia da República, Presidente da República e Printeiro-Ministro pela lentidão com que vem a desenvolver-se o processo de ampliação do Acroporto de Santa Catarina;

- 3 Recomende ao Governo Regional que mobilize toda a sua capacidade de intervenção e exija ao Governo Central, com a determinação emanada do querer de todos os madeirenses, uma solução urgente que acautele os interesses da região;
- 4 Dê conhecimento desta moção às entidades referidas nos números anteriores e, através dos jornais, ao público em geral.

Machico, 28 de Novembro de 1977.

Deu-se conta de mais o seguinte:

EXPEDIENTE

Exposição

De José da Silva Alves, de Termas de S. Vicente, sobre a situação em que se encontra em consequência do acidente de viação de que foi vítima em 26 de Agosto de 1971

Cartas

Do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde da Região Norte, reivindicando a aplicação imediata do subsídio de alimentação e lamentando que todos os benefícios e direitos registados pelos trabalhadores do sector sejam sempre fruto de uma dura luta e de formas de pressão por vezes desnecessárias.

Da Associação Portuguesa de Contabilistas, remetendo uma moção aprovada numa reunião geral de contabilistas realizada no dia 10 de Dezembro e em que protestam vigorosamente contra o espírito e a letra do Decreto-Lei n.º 427-B/77, que cria o ensino superior curto, e apoiando totalmente as posições assumidas pela Associação e pelos sindicatos.

Do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto, remetendo a proposta dos trabalhadores da empresa intervencionada Abel Alves de Figueiredo, Lda, quanto à desintervenção da referida empresa

Do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul, enviando a proposta aprovada em plenário de paramédicos do Sul realizada em 5 de Dezembro e em que os trabalhadores recusam aceitar as culpas da falta de sincronismo entre diferentes departamentos governamentais e especialmente entre o Ministério dos Assuntos Sociais e a Secretaria de Estado da Administração Pública.

Da União dos Sindicatos de Lisboa, enviando documento através do qual se solidariza com a posição assumida pelos trabalhadores da Previdência na sua luta pelo direito à livre contratação.

Do Sindicato dos Enfermeiros da Zona Norte, remetendo fotocópias do ofício que no dia 13 dirigiram ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais a propósito do Decreto-Lei n.º 159/77, publicado no Diário da República, de 20 de Novembro.

De Manuel Gilberto de Almeida Anselmo, de S. Pedro do Sul, dando inteiro apoio à posição assumida pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos quanto ao Decreto-Lei n.º 427-B/77, que cria o ensino superior curto.

O Sr. Presidente: — Como dos Srs. Deputados tiveram ocasião de ouvir, foi enviada a esta Assembleia da República, por intermédio do Sr. Deputado Gualter Basílio, uma carta da Sr.ª Ester Drumond, do Brasil, com dois factos importantes: o primeiro, o neconhecimento, que nos deve sensibilizar a todos, do facto de os votos aqui aprovados na Assembleia quanto às violências praticadas pela ditadura brasileira terem suntido algum efeito — ela atribui exactamente à nossa atitude e à nossa decisão a circunstância de terem sido postas em liberdade pelo menos 5 ou 6 pessoas. Aliás, isso não foi para mim inteira novidade, porque, por intermédio de amigos meus brasileiros que se encontram exilados em Portugal, já sabia do impaoto que tinha causado na opinião pública brasileira, que às vezes ainda tem uns canais livres de Imprensa, o conhecimento da atitude unânime desta Assembleia quanto às violências praticadas pela ditadura brasileira.

Acontece que nesta carta é novamente feito um apelo à nossa solidariedade para com todos os presos políticos e, em particular, para com a Sr.ª Elza Monnerat, de 64 anos de idade, que se encontra detida desde a noite de 16 de Dezembro do ano passado e que, devido à sua idade e às torturas, corre o risco de morrer na prisão. Se a Assembleia estiver de acordo, enviaria uma carta ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados brasileira, já que não vale a pena enviar qualquer carta ao Sr. Embaixador do Brasil, pois é devolvida, chamando a atenção para este caso concreto.

A Assembleia tem alguma coisa a opor?

Pausa.

Como não tem, enviarei a dita carta.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, como também e do conhecimento da Assembleia, uma missão parlamentar pontuguesa visitou a França, a convite da Assembleia Nacional, durante oito dias. Quero dizer-lhes, o que, aliás, já tinham pressentido, que esta missão foi recebida de uma forma extraordinariamente amiga, e não só por parte do presidente, Edgar Faure, que me deu uma audiência particular e que nos fez conduzir ao hemiciclo da Assembleia Parlamentar Francesa, onde fomos ovacionados, de pé, por todos os Deputados.

No decorrer da nossa estada em França tivemos ocasião de contactar com o Sr. Claude Morville. Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia Francesa, fomos recebidos pelo Sr. Alain Poher, Presidente do Senado, e quero dar--lhes a grata notícia de que o Sr. Alain Poher me anunciou que o Senado Francês ia constituir um comité de amizade franco-português. Fizemos também uma visita bastante longa à região de Touraine, onde tivemos ecasião de verificar os progressos das ciências atómica, agrícola e de electricidade em França. Fomos recebidos de uma forma extremamente acolhedora por todos, fomos acompanhados por representantes dos diversos partidos com assento na Assembleia e considero, portanto, um momento muito feliz para esta Assembleia esta comunicação que vos faço da forma extraordinariamente fraternal como fomos recebidos pelos nossos colegas franceses.

Quero chamar-lhes a atenção para a necessidade, que se impõe, problema este que vai ser mais detalhado na próxima reunião dos grupos parlamentares, de constituirmos grupos parlamentares de amizade com os países que temos visitado. Como sabem, já visitámos a União Soviética, a Alemanha Oriental. a Jugoslávia, a Polónia, a Roménia, a Bulgária e, agora, a França. Acho que esses grupos de amizade têm uma grande importância. Posso dizer-vos que a primeira recepção que tivemos em Paris foi do Grupo de Amizade Franco-Português, que nos ofereceu um jantar com a representação de todos os partidos políticos. Dá-se até uma coisa curiosa, que me apraz negistar: é que que a presidência desses grupos parlamentares, que muita gente supõe que deveriam ser uma presidência partidária, não é nada assim. Posso dizer-vos que o Grupo de Amizade Franço-Chegoslovaco é presidido por um grande gaullista francês. Isto é para vos dar uma ideia da imparcialidade com que as coisas estão a correr lá. Também gostaria — isto é um voto pessoal — que aqui acontecesse o mesmo.

Srs. Deputados, vão-se portanto mentalizando, e os vosses grupos parlamentares, para oportunamente, numa próxima reunião, o problema tornar a ser posto.

Quero também anunciar-vos que vou pôr à consideração dos grupos parlamentares um convite oficial desta Assembleia às Cortes Espanholas para que o presidente das Cortes Espanholas e uma representação destas também nos visitem. Em momento oportuno, a visita será combinada e aprazada pelas vias diplomáticas.

Fior apresentado por um grupo de Deputados o projecto de lei n.º 87/1 relativo à Lei Orgânica do Serviço do Provedor de Justiça.

Foram apresentadas à Mesa as seguintes petições: n.º 107/I, por Pedro Manuel Fernandes Rodrigues Barroco e outros, em que expõem a situação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, especialmente no que se refere à má qualidade do ensino e solicitam debate parlamentar sobre este caso — esta: petrição foi remetida à 5.ª Comissão; n.º 108/I, por Elisa Maria Queirós Leite Braga e outros, alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em que pedem que lhes seja reconhecida capacidade para ensinar as matérias em que se especializaram, reconhecendo-se-lhes para tal habilitação própria definida para o ensino básico, secundário e complementar --esta petição foi remetida à 5.ª Comissão; n.º 109/I, por Maria Fernanda Maciel Correia e outros, em que manifestam a sua preocupação face à campanha desestabilizadora ofensiva dos mais elementares princípios democráticos -esta petição foi remetida à 2.ª Comissão.

Foram também apresentados os seguintes requerimentos na sessão de ontem: ao Ministério das Obras Públicas, formulado pelo Sr. Deputado Alberto Andrade; ao Ministério da Educação e Investigação Científica e à Secretaria de Estado do Fomento Agrário, formulados pelo Sr. Deputado João Manuel Ferreira, e à Secretaria de Estado da Comunicação

Social, formulado pelo Sr. Deputado José Luís Nunes

Temos agora a apreciação de dois votos de protesto. Por coincidência, parece que foram feitos a papel químico. Vou mandar proceder à leitura do primeiro e depois os signatários do segundo voto de protesto, itomarão a decisão que melhor lhes parecer e que acharem conveniente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Leitão, para ler o voto de protesto apresentado por um grupo de Deputados do Partido Socialista.

O Sr. José Leitão (PS): — Considerando que se têm verificado agressões e actos de intimidação por partie de organizações e grupos fascistas em várias escolas do ensino secundário no Porto, em Lisboa e noutros pontos do País;

Considerando que nesses estabelecimentos de ensino tem sido divulgada abundante literatura fascista, onde se faz a apologia do ódio e o ataque sistemático às instituições democráticas;

Considerando que estas actividades se inserem na estratégia das forças da extrema-direita, que procuram transformar a juventude em tropa de choque contra a democracia;

Os Deputados do PS abaixo assinados propõem a esta Assembleia o seguinte voto de protesto:

A Assemblea da República protesta:

- 1 Contra a impunidade com que estudantes democratas têm sido agredidos por elementos fascistas, muitas vezes alheios a esses estabelecimentos de ensino;
- 2 Contra a falta de um clima de diálogo e tolerância democrática nalguns desses estabelecimentos de ensino, condição indispensável ao desenvolvimento da capacidade criadora da juventude portuguesa;
- 3 -- Contra o facto de nunca se ter feito um rigoroso inquérito às actividades fascistas em curso nessas escolas.

José Leitão — Joaquim Sousa Gomes Carneiro — António Macedo.

Se o Sr. Presidente me autorizasse, eu justificaria a apresentação deste voto de protesto.

- O Sr. Presidente: Eu penso que a lestura deste requerimento justifica tudo, mas em todo o caso tenha a bondade.
- O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta Assembleia não pode lignorar as provocações e agressões fascistas que se têm verificado em diversos estabelecimentos do ensino secundário.

Os estudantes têm visto surgir organizações de tipo fascista e nazi que procuram destruir todo o movimento associativo e que, além disso, atacam e agridem os estudantes democratas e progressistas.

É evidente que estas organizações, como o denominado Movimento Nacionalista, a União dos Estudantes do Liceu do Norte ou a Juventude Radical de Direita, são uma pequena parte da ofensiva fascista contra as instituições democráticas.

Mas não deve deixar de merecer a nossa atenção o facto de após o 25 de Abril se verificar a constituição de organizações deste tipo.

Como socialista e como militante da Juventude Socialista, a qual tem por diversas vezes denunciado esta situação, não podia deixar de ficar sensível à petição que um grupo de pais, professores e alunos das escolas da cidade do Porto apresentaram recentemente a esta Assembleia e que refere a situação que se tem vivido em liceus como os de António Nobre, Garcia de Orta, Rodrigues de Freitas e Carolina Michaëlis.

Esta ofensiva reaccionária tem conhecido diversas fases. No ano passado, o Liceu de António Nobre, no Porto, foi um dos mais atingidos.

Mas já no decorrer deste ano verificou-se a invasão do Liceu de Carolina de Michaëlis, nos primeiros dias de Novembro, onde um grupo de indivíduos cantou hinos fascistas e gritou vivas a Salazar.

No Liceu de António Nobre ainda recentemente foram queimados os restos da bandeira de um dos partidos assaltados aquando da manifestação promovida no Porto ao brigadeiro Pires Veloso.

Há também casos de alunos agredidos com matracas e que tiveram de receber hospitalização.

É evidente que os socialistas não podem deixar de chamar a atenção para o elogio do ódio e da agressão que atravessa os comunicados com que pretendem intoxicar a juventude portuguesa.

Os elogios de Salazar, Mussolini, Hitler ou Primo de Rivera são a prova de que os sectores da extrema-direita procuram utilizar a juventude como tropa de choque.

A juventude, sobretudo a originária das camadas anterilonmiente privilegiadas, sofre um período de desorientação que os nostálgicos do passado procuram avivar com versos do género «a vtiória já não tarda» e «a vingança dá-me alento», que se podem ler num dos últimos números do órgão do chamado Movimento Nacionalista.

Estes factos verificam-se não só no Porto mas também em Lisboa e em outros pontos do País.

Em Lisboa, os estudantes e professores do Liceu do Padre António Vieira tiveram uma pesada expeniência das agressões cometidas por um grupo de desordeiros muito conhecido. Já este ano, nos Liceus de D. Dinis e de Passos Manuel se verificaram agressões por parte de elementos da extrema-direita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Poderíamos referir variados exemplos, mas pensamos que mais importante que o enumerado das diferentes agressões verificadas ou a reprodução do teor dos pasquins distribuídos é reflectir sobre o significado e a gravidade destes factos.

Nós não ignoramos que existe uma crise política e moral na juventude portuguesa.

Essa crise tem várias causas, algumas das quais ligadas com as dificuldades que enfrentam os jovens em obterem uma formação profissional adequada, em terem acesso a um primeiro emprego, em conseguirem uma habitação quando pretendem constituir família, problemas estes que só a consolidação da democracia e a construção do socialismo democrático permitirão resolver.

Não podemos no entanto ignorar que, para além destes problemas, existem traumatismos provocados por conflitos ideológicos muito vivos e sobretudo há quem pretenda alienar a juventude do nosso ensino secundário, quer através da droga, quer da prostituição, quer da sua transformação em caceteiros de milícias fascistas.

Devemos dizer com clareza que acreditamos na generosidade e nos sentimentos democráticos da grande maioria da juventude portuguesa e que estamos convictos de que a maioria dos estudantes do ensino secundário deseja que exista um espírito de tolerância, de trabalho e de convívio democrático nas escolas.

Os jovens estudantes não ignoram que o fascismo representou repressão do debate democrático dentro e fora das escolas, selecção de classe no acesso a um ensino mais qualificado, condenação da juventude a emigrar para encontrar trabalho, envio dos jovens para uma guerra colonial injusta e perdida. A juventude democrática e progressista tem raízes profundas na juventude do ensino secundário.

Os jovens estudantes do ensino secundário, no tempo do fascismo, bateram-se pela democracia e contra a guerra colonial e foram perseguidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós pensamos que é necessário criar um clima de debate democrático em todas as escolas e garantir a segurança física dos estudantes.

Pensamos que é necessário distinguir entre os que procuram transformar um jovem num arnuaceiro e o próprio jovem, o que não quer dizer que fique impune ou que deixe de lhe ser aplicada a sanção adequada.

On conselhos directivos e pedagógicos, de acordo, aliás, com as Portarias n.ºs 677/77 e 679/77, respectivamente de 4 e 8 de Novembro, viram clarificada a sua situação no que se refere à sua competência disciplinar, e é necessário que não receiem utilizá-la, desde que necessário, para garantir a liberdade e segurança dos estudantes.

Reconhecemos, no entanto, que por vezes é necessária a colaboração de outras autoridades. Foi o caso, por exemplo, da tentativa, por parte da chamada União dos Estudantes do Norte, de promoção de uma comemoração provocatória do 25 de Novembre no Liceu de Garcia de Orta. A proibição, por parte do MEIC, e a colaboração das forças militarizadas impediram que esta se realizasse. Para além do facto de ela ter representado uma provocação aos militares democratas que participaram no 25 de Novembro, era apenas um pretexto para novos ataques e agressões a estudantes democratas e progressistas.

A preocupação manifestada pelos pais, professores e alunos do Porto é uma prova da tomada de consciência que se verifica em relação a esta situação e que contribuirá para lhe pôr termo. Nós acreditamos também que os estudantes democratas saberão reforçar o movimento associativo no ensino secundário. Independentemente da resposta à petição recentemente apresentada, nós não podemos deixar, desde já, de chamar a atenção para ela, na medida em que consideramos absolutamente indispensável

que o espírito e tolerância se verifique em todas as escolas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos certos de que esta agitação reaccionária será vencida pela majoria dos estudantes.

Os que no tempo do fascismo não conseguiram que se implantassem na juventude organizações fascistas como o Jovem Portugal não o conseguirão agora, qualquer que seja o nome que utilizem para as designar, agora que não há PIDE/DGS, mas democracia.

Há no entanto, desde já, que alertar os estudantes, professores e pais para esta situação, para que os arruaceiros não proliferem nas nossas escolas e para que exista um espírito de trabalho, tolerância e de diálogo em todas as escolas.

Aplausos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o voto está em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

- O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): Sr. Predidente, Srs. Deputados: Antes propriamente de participar na discussão, eu desejava interpelar a Mesa.
- O Sr. Presidente: Teniha a bondade, Sr. Deputado.
- O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): Segundo suponho, o voto que sobre esta matéria foi apresentado pelo Partido Comunista Português deu entrada na Mesa primeiro que o voto do Partido Socialista. E, se assim é, não se percebe por que é que foi apresentado em primeiro lugar o voto do Partido Socialista.
- O Sr. Presidente: Sr. Deputado, eu posso já esclarecer.

Foi-me comunicado pelo Sr. Deputado José Leitão, antes da apresentação do voto do Partido Socialista, que o mesmo ia ser apresentado, pelo que o considerei de facto como apresentado.

- O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): Sr. Presidente, mas a entrada do voto na Mesa é que conta para efeito de apresentação.
- O Sr. Presidente: Desculpe, Sr. Deputado Veiga de Oliveira, mas diz o Regimento que os votos têm que ser comunicados ao Presidente da Assembleia da República antes do início da sessão e foi o que aconteceu com o Sr. Deputado José Leitão. O Sr. Deputado José Leitão veio aqui à Mesa e comunicou-me que tinha este voto e só depois é que entrou o voto apresentado pelo Partido Comunista Português. Se fosse o contrário, também teria feito da mesma maneira, pois é-me completamente indiferente.
- O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): Sr. Presidente, em nodo o caso, dada a coincidência das matérias e dos objectivos dos votos e, de certa forma, das justificações, eu suponho que nada obsta a que os dois votos sejam simultaneamente considerados,

discutidos e votados. Se o Sr. Presidente estiver de acordo, nós pediríamos que o nosso voto fosse também lido e fundamentado e que os dois votos seguissem uma tramitação comum.

O Sr. Presidente: — Eu mão vejo inconveniente nenhum, mas gostaria de saber se a Assembleia vê algum inconveniente.

Pausa.

Como a Assembleia não se opõe, ler-se-á então o voto do Partido Comunista Português, para ser depois discutido e votado em conjunto com o voto apresentado pelo Partido Socialista.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Haverá centras considerações que o nosso grupo parlamentar iria fazer que estão, na sua grande maioria, contempladas na intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista.

Há no entanto uma questão que não me parece ter tido o suficiente desenvolvimento da parte do Sr. Deputado José Leitão, do Partido Socialista, afigurando-se-me importante que a Assembleia tome dela conhecimento. É que, quando nas escolas são agredidos estudantes, quando nas escolas se cria o clima de quem faz a vigilância, quem entra nas escolas, serem elementos estranhos às mesmas escolas, quando um estudante, pelo facto de ser socialista ou comunista, é impedido de entrar numa escola ou, se entra, é agredido, é importante que se chame a atenção das autoridades para a benevolência com que olham para os autores de tais atentados à liberdade.

O Sr. António Macedo (PS): - Muito bem!

O Orador: — Não pode pasar em claro nesta Câmara o facto de os conselhos directivos e a Polícia de Segurança Pública não actuarem com a devida severidade contra aqueles que provocam o mal-estar e a desordem e que impedem, na prática, o funcionamento de muitos e muitos estabelecimentos de ensino.

Eu gostaria só de completar algumas das informações que o Sr. Deputado José Leitão, do Partido Socialista, já aduziu e daria alguns exemplos do que tem acontecido, nomeadamente em liceus de Lisboa. Assim, no Liceu da Rainha D. Leonor é distribuída livremente propaganda do ELP, circula no liceu um jornal intitulado O Burguês, que se afirma como órgão estudantil do MDLP, em que se faz o elogio do fascismo e em mais de um número, foram inseridas fotografias de Salazar. É comum que as reuniões gerais de alunos que se realizam no Liceu da Rainha D. Leonor sejam interrompidas por bandos de arruaceiros que entram cantando o hino da ex-Mocidade Portuguesa, que agridem estudantes e que interrompem as reunifões aos gritos de «morram os comunistas», «morram os socialistas», «fora com os anarquistas», «queremos o fascismo».

No Liccu de D. Pedro V são impunemente afixados cartazes atacando as forças progressistas e, concretamente, no dia 11 de Novembro deste ano, foi afixada uma faixa com o mapa de Angola coberto

17 DE DEZEMBRO DE 1977

com uma tarja preta e com a seguinte legenda: «11 de Novembro, dia de luto para Portugal». Parece que isto é, antes do mais, atentatório dos compromissos e da amizade que deveria existir entre dois povos, que, vendo-se ambos libertos de ditaduras que os oprimiem, deveriam manter entre si cordiais e fraternais relações. Permitir que em Portugal se faça propaganda contra a República Popular de Angola é estar a impedir, na prática, que se possam criar relações estáveis com os novos Estados de língua portuguesa. Aliás, é ir até contra as próprias palavras do Sr. Presidente da República, que, mais do que uma vez, já afirmou desejar que houvesse cooperação e boas relações entre Portugal e os novos países de expressão portuguesa.

Mas mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na Escola de D. Luísa de Gusmão, em Lisboa, há uma banca onde se vendem águias nazis a 200\$ e a Polícia passa por essa banca e não diz nada. Poderemos continuar a permitir que os nossos jovens sejam molestados por esses saudosos do passado?

No Liceu do Padre António Vieira, no ano passado, um professor, por ter tentado manter o respeito na sua aula quando estudantes se levantavam fazendo a saudação nazi, foi agredido e teve que receber tratamento hospitalar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é urgente que aqui se diga quais os objectivos destas actividades, quem as promove e que objectivos visam alcançar.

Em primeiro lugar, deve ficar claro que não é a juventude —a juventude é em si mesma generosa e não pode ser responsabilizada por tais actos —, mas são forças que apostam na desestabilização escolar, saudosas do passado fascista, que pretendem utilizar a natural abertura dos jovens a novas experiências, a sensações fortes e lançá-los num campo de violência e de ódio, de defesa dos ideais belicistas e racistas, numa palavra, dos ideais que imprimiram à antiga organização fascista para a juventude, ex-Mocidade Portuguesa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente le Srs. Deputados, defendendo claramente o obscurantismo, estes fascistas que tentam manipular a nossa juventude não conseguem esconder o seu ódio à cultura e publicamente aparecem defendendo que se queimem os actuais livros escolares, que apodam de comunistas, que não se cumpram os actuais programas e que se volte ao ensino ministrado antes do 25 de Abril.

Mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados: Temos conhecimento de que em algumas escolas de Lisboa elementos da nossa organização de juventude, a União dos Estudantes Comunistas, e das Juventudes Socialistas são impedidos de assistir às aulas. Isto num país e num Estado democrático, como é Portugal, não se pode admitir.

Vozes do PCP: - Muito bem!

O Orador: — Perante estes factos, que afectam o que de mais puro existe no nosso povo, a sua juventude, nós, legítimos representantes desse mesmo povo, não podemos deixar de manifestar a nossa apreensão e exigir que tal estado de coisas seja alterado.

É urgente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esta Câmara se pronuncie no sentido de serem tomadas medidas severas contra aqueles que, não aceitando as regras da democracia, se escondem cobardemente atrás de jovens que tentam manipular para alcançarem os seus objectivos antidemocráticos.

A Sr. a Hermenegilda Pereira (PCP): — Multo bem!

O Orador: — Os mossos jovenis desejam um funturo de paz, de democracia e de justiça social e não nos perdoarão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se não soubermos, neste momento, tomar atitudes severas contra aqueles que os querem impedir de alcançar tal objectivo.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): - Muito bem!

O Orador: — Já agora, mais um facto, que me parece importante para a compreensão desta Câmara: O ano passado, no final do ano, no decorrer de uma reunião geral de alunos no Liceu da Rainha D. Leonor, um conhecido fascista, de que possuímos o nome, interrompeu essa mesma reunião geral de alunos apontando a vários estudantes uma arma de fogo.

São estas, no fundamental, as razões que levam o meu grupo parlamentar a propor a emissão do seguinte voto por esta Assembleia:

Considerando:

Que se continuam a verificar actos de violência nalguns estabelecimentos de ensino secundário, momeadamente em liceus do Porto e de Lisboa, designadamente contra os estudantes e professores que defendem a Constituição da República e a democracia portuguesa;

Que tais actos são fomentados e muitas vezes pratticados por forças e elementos estranhos aos estabelecimentos de ensino;

Que tais forças procuram aproveitar-se das características próprias da juventude tentando introduzir nas escolas um clima de desestabilização e prosseguir os seus fins obscurantistas, advogando designadamente o regresso ao regime fascista e fazendo a apologia de figuras como Hitler, Mussolini, Salazar e Marcelo Caetano e de ideias como as do racismo, belicismo, colonialismo, etc.;

Que tais forças fomentam o uso indiscriminado de meios violentos de actuação, como matracas, barras de ferro, etc.;

Que tal tipo de actuações perturbam o efectivo funcionamento de algumas escolas e o desejável clima de convivência democrática que nelas deve existir;

Que tais acções têm merecido o justo repúdio de estudantes e professores, que, mesmo pondo em causa a sua integridade física, têm resistido à implantação deste clima de terror entre a nossa juventude.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP abaixo assinados propõem a emissão do seguinte voto:

A Assembleia da República manifesta a sua mais viva preocupação pela situação vivida em alguns estabelecimentos do ensino secundário, onde são praticados graves actos de violência;

Condena firmemente a actuação das forças e elementos estranhos a esses estabelecimentos, que, tentando manipular alguns jovens, procuram criminosamente incutir-lhes ideias contrárias à existência do regime democrático, aliciando-os para a prática de actos de violência terrorista;

Recomenda às autoridades a adopção das medidas necessárias para pôr termo a tais actuações e para a severa punição dos responsáveis, designadamente dos que se ocultam por detrás dos jovens que praticam tais actos de violência.

Os Deputados: Veiga de Oliveira -- Jorge Lemos -- António Garcia.

Aplausos do PCP e do PS

O Sr Presidente: — Continua o debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — O Partido Social-Democrata irá votar a favor do voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista, e isto correntemente com as posições que sempre tomou nesta Câmara e fora dela.

Nós, sociais-democratas, sempre condenámos todo o tipo de violência. Nós, sociais-democratas, sempre condenámos o totalitarismo, o fascismo, todos os tipos de totalitarismo e de fascismo, venham eles da direita ou da esquerda.

O Sr. António Lacerda (PSD): - Muito bem!

O Orador: — No sector estudantil, a Juventude Social Democrata sempre tomou posições perifeitamente claras a este respeito, condenando toda a violência, todas as agressões e todos os surtos do fascismo. Não só agora, em relação a essas movimentações da extrema direita, como também — e é importante recordá-lo — no período do Verão quente, do gonça viemo, quando os estudantes eram agredidos nos líceus e nas Universidades do Porto pelas forças fascistas de esquerda, os jovens socials-democratas aí estiveram presentes na defesa da democracia, como o estão neste momento.

Vozes do PSD: - Muito bem!

O Orador: — E se condenamos, e claramente, este surto de violência da extrama-direita que ocorre presentemente nas escolas, temos que entendê-lo, temos que procurar descobrir as razões profundas, porque os males não se atacam nos seus sintomas ou nos seus efeitos, atacam-se nas suas causas.

O Sr. Rui Pena (CDS): - Muito bem!

O Orador: — E temos que reflectir em quais são as causas desse surto de violência, que não é um desejo de recuperação, por parte dos jovens de situações amuniores ao 25 de Abril, que eles, pela sua idade, numos chegaram a tor. É o desencanto pela

falta de organização, pela falta de oficiência, pela falta de capacidade de resposta aos seus problemas a desorganização que continua a existir na escola, a falta de solução dos problemas fundamentais do encino e da massa estudantial portuguesa.

Vozes do PSD: - Muito bem!

O Orador: — E é também a marca profunda que lhes ficou da violência enorme que sofreram nesses tempos do gonçalvismo.

Vozes do PSD e do CDS: -- Muito bem!

O Orador: — Juntamo-nos, por isso, claramente à crítica que é feita no ponto n.º 3, crítica que entendemos como dirigida às instâncias oficiais, e designadamente governamentais, que não souberam dar essa resposta aos problemas dos estudantes.

Vozes do PSD: - Muito bem!

O Orador: — Mas não podemos deixar de acentuar aqui, que, se concordamos com o conteúdo deste voto e com as razões que o determinam, não concordamos com parte da fundamentação que foi produzida pelo Sr. Deputado socialista, que fez a sua apresentação, quando procurou misturar com este tipo de problemática a manifestação que muitos democratas portugueses fizeram a Pires Veloso ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: - Oh!...

O Orador: — E em que estiveram presentes muitos democratas portugueses, designadamente do seu próprio partido.

Protestos do PS.

Mixturar estas coisas é fazer pura demagogia, não é esclarecer os problemas, mas sim compifeá-los.

Essa manifestação não tem qualquer conotação com a movimentação das forças de direita, nem com o sunto de violência a que faz referência este voto de protesto.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): - Muito bcm!

O Orador: — Votaremos este voto de protesto, repetindo e terminando como comecei, porque nós, sociais-democratas, porque somos democratas, lutamos contra todas a ameaças à democracia em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS.

- O Sr. Presidente: · Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecassis.
- O Sr. Nuno Abecassis (CDS): Sr. Presidente, Sns. Deputados: Estamos em fiace de dois votos e não de um. O meu grupo parliamentar pede que os dois votos esjam considerados separadamente.

Se me permitem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, começarei por me referir ao último voto apresentado

e começarei por dizer que a fundamentação desse voto, vinda donde vem, do Partido Comunista, é perfeitamente inaceitáven.

Risos do PCP.

É inaceitável sob vários aspectos: inaceitável por os Deputados do Partido Comunista invocarem aqui a queima de livros quando abençoaram e acharam bem a queima de outros lilvros.

Nós defendemos nessa altura, como defendemos hoje, que as ideias apagam-se com údeias, as ideias não se apagam com o fogo...

- O Sr. Rui Pena (CDS): Muito bem!
- O Orador: ..., a não ser na Alemanha nazi ou na Rússia soviética.

Aplausos do CDS.

- O Sr. Lino Lima (PCP): E os bombistas?
- O Orador: Que hoje lastimem a violência aqueles que desencadearam a violência nas escolas é ridículo, é desonesto, é linadmissível nesta Assembleia.

Aplausos do CDS.

Eu recordo o que se passou nos ficeus de Lisboa, por exemplo em 1975, quando o Liceu de Camões foi invadido por forças, por pilquetes, por pelotões de estudantes comunitats do Instituto Superior Técnico que espancaram crianças, que tiveram de se abrigar na Escola de Medicina Veteninária e alguns deles tiveram mesmo que reolher ao hospital.

Vozes do CDS: - Muito bem!

O Orador: — Quem abre a bolsa de Pandora sofrelhe as consequências. E nós podemos dizê-lo, porque em 1975 fomos contra a violência, sofremos o efeito da violência...

A Sr.a Ercília Talhadas (PCP): - Vê-se!

O Orador: — ..., muitos dos nossos jovens da Juventude Centrista foram impedidos de prosseguir os estudios, e ainda hoje arguns se encontram nessa mesma situação, e também porque hoje a noss y Juventude Centrista é, sem dúvida nenhuma, us reduto de defesa contra forças totalitárias de out o sentido.

O Sr. Rui Pena (CDS): - Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em todos os liceus em que se têm apresentado listas de extrema-diferita ciaramente identificadas, a Juventude Centrista tem apresentado listas autónomas, e não me consta que em nenhum liceu ou escola de Portugal alguma dessas listas identificadas de extrema-direita tenha obtido votação superior a 10%, se é que lá chegou.

Indique-se nesta Assembleia qual é a escola em Portugal em que essas forças de extrema-direita já venceram as eleições. Não conheço nenhuma, e isto é uma prova evidente de que a juventude portuguesa se opõe hoje aos tota idanismos de direita, como se opõs ontem aos totalidanismos de esquerda. Mas o que não podemos admitir é que quem desencadeou a viotência, quem é responsável pelo clima de viotência em Portugal, e não só nas escolas, apareça hoje a querer criticar aquilo mesmo que provocou, as sementes de ódio que enterrou bem fundo mesta terra pontuguesa, onde o ódio não se conhecia.

Aplausos do CDS.

- O Sr. Vitor Louro (PCP): Ai que lindo!
- O Orador: Sr. Presidente, Sr. Deputados: Não fareir mais referências porque penso que são ofensivas para a juventude portuguesa as palavras que aqui foram proferidas e a simples expressão do voto do Pantido Comunista.

Vozes do CDS: - Muito bem!

O Orador: — No que diz respetto ao voto do Partido Socialista, é evidente, e todos nós o sabemos, que os nossos próprios militantes têm sido às vezes vítilmas de manifestações de extrema-direita.

Risos e protestos do PCP.

- O Sr. Carlos Robalo (CDS): Têm dúvidas? Benza-os Deus, só vêem num sentido!
- O Orador: Eu não estou a falar com os Srs. Deputados, estou a falar com os Srs. Deputados do Partido Socialista.
- O Sr. Vítor Louro (PCP): Está a falar com todos.
- O Sr. Sousa Marques (PCP): Então onde é que o Sr. Deputado está?
- O Sr. Presidente: Srs. Deputados, peço-îhes o favor de prestarem atenção. E agora tenho de dizer a verdade: que as perturbações estão a vir tanto de um lado como do outro.
- O Sr. Carlos Robalo (CDS): É a democracia, Sr. Presidente!
- O Sr. Presidente: Sr. Deputado Nuno Abecassis, faça o favor de continuar, e agora espero que não se repitam estas interrupções.
- O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados: Serba ceguebra, de que nós não sofremos, negar que há sementes de violência dentro das nossas escolas secundárias. Nós próprios as temos denunciado com todo o vigor e continuaremos a denunciá-las ou meste grupo parlamentar ou por meio da nossa Juventude Centricita.
- A Juventude Centrista tem-se oposto, como as resitantes forças democráticais, democraticamente, apresentando listas ao sufrágilo dos estudantes do ensino secundário e o que temos verificado até hoje é que a juventude tem conseguido travar este surto de violência, tem conseguido vencer a sua luta autó-

noma e que também identro das escolas de Pontugal, para bem de todos nós, a democracia está triumfando, mediante votações que são esmagadoras.

Eu tinha dúvidas, e ainda as mantenho, sobre se seria útil que a Assembleia, numa atitude que pode ser tomada por paternalista pelos nossos jovens, que tão bem estão a combater, apiresentasse este voto. Em todo o caso, su quero deixar bem claro que a nossa solidariedade vai inteira para os jovens da JS que têm sido às vezes espancados e feridos gravemente. Não está em causa isso. O que está em causa é saber se será útil ou não que nós iinterfiramos numa luta que a Juventude Socialista, como a Juventude Social-Democrata, como a Juventude Centrista, está a travar e está a vencer — é bom que tisto seja dito claramente: está a travar e está a vencer.

Vozes do CDS e do PSD: - Muito bem!

O Orador: — Eu pediiria, Sr. Presidente, em vista disso e porque nem eu nem o meu grupo parlamentar queremos tomar uma posição que pensamos que de idireito deve pertencer à Juventude Centrista, que o voto do Partido Socialista ficasse com a sua votação adiada para a próxima sessão. Igual solicitação não tenho a fazer em relação ao voto do Partido Comunista, porque aí, claramente, votaremos contra.

Aplausos do CDS.

- O Sr. Vítor Louro (PCP): Já se sabia!
- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Arons de Carvalho.
- O Sr. Arons de Carvalho (PS): Sr. Presidente, era para um pequeno esclarecimento à Câmara.

Apreclei bastante a intervenção do Sr. Deputado Nuno Abecasis, le penso que de facto, em relação talvez a muitas escolas, a Juventude Centrista se terá demarcado da extrema-direita, mas queria lembrar ao Sr. Deputado Nuno Abecastis e aos Srs. Deputados deste hemiciclo que, por exemplo no Liceu de Santarém, a direcção da Associação de Estudantes é actualmente composta por estudantes da Juventude Centrista e estudantes afectos a organizações de extrema-direita e que essa Associação de Estudantes, antes das comemorações do passado dia 25 de Abril. apellou para que os estudantes, nesse día, ou flicassem em casa ou utilizassem gravata preta, numa manifestação ide protesto em relação ao 25 de Abril. Portanto, o carácter antilfascista que o Sr. Deputado Nuno Abecasis disse que existinia na Juventude Cenunistra poderá existir em alguns dos seus membros, mas está longe de existir — estou disso convencido na maionia desses mesmos elementos.

Aplausos do PS e do PCP.

- O Sr. Rui Pena (CDS): Não é verdade!
- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, suponho que para um protesto.
- O Sr. Carlos Brito (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, protesto contra a intervenção feita pelo Sr. Deputado Nuno Abecassis.

Constideramos que essa fintervenção é um chorrilho de calúnias, de instinuações, de deturpações e até de falsas informações.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Que descaramento!

O Orador: — Não é verdade que a juventude das escolas esteja assim a abraçar entusiasticamente o CDS. Não é essa a situação que resulta das mais recentes eleições para as associações de estudantes nos liceus, nomeadamente mas universidades, onde o CDS é uma força praticamente inexistente.

Risos do CDS.

A questão concreta que aqui se coloca não é a de desmentir as afirmações produzidas pelo Sr. Depurado Nuno Abecasis. O CDS comporta-se nesta questão como em tantas outras que temos aquil discutido na Assembleia da República: se se trata de discutir problemas nacionais, o CDS refugia-se em análises de política externa ou na situação existente neste ou naquele país; se se trata de discutir a actividade de organizações faseilstas mas escolas, o CDS resporta-se alo passado, faz considerações vagas e imprecisas, mas recusa-se — esta é que é a questão fundamental — a enfrentar a questão e a aduzir argumentos alos largumentos concretos que laqui trazemos e que aqui foram trazidos pela bancada do Partido Sociatista, aos factos que foram referidos. E é nessa posição equívoca que o CDS tem de ser julgado face ao regime democrático vigente.

- O Sr. Cunha Simões (CDS): Vocês deviam ser proiblidos de fatar em democracia.
- O Orador: O que é de assinalar uma vez mais, o que é importante dizer é que quando se trata de defender a democracia contra ameaças dos seus inimigos, e. no caso concreto, quando se trata de sanear o idima de vifolência que forças fascilitas proouram installar has escolas, o CDS foge às responsabillidades. Talvez isso se explique por factos conhecidos e que até agora não aduzimos da notra parte, mas não deixaremos de o ir fazendo à midida que o ODS continuar a funtar-se à discussão concreta da gituação que aqui trouxemos e que aqui também foi urazida pelos Srs. Depultados da bancada do Partido Socialista. Um Deputado do Partido Socialista informou já que ma Aseociação de Estudantes do Liceu Nacional de Santarém, cuja direcção é da responsabillidade de jovens do CDS, há fotografias de Salazar.
 - O Sr. Rui Pena (CDS): Não é verdade!
- O Orador: Para já, temos aqui um comunicado que diz o seguinte:

Hoje, 11 de Novembro, é um dia de luta para os Portugueses. Cobarde e vergonhovamente, com a nossa bandeira a arrastar pelo chão e o nosso nome de portugueses enxovalhado, abandonaram-nos, Angola e os Angolanos, às mãos dos paranóicos ditadores do MPLA, que rapidamente instauraram uma ditadura comunista.

Vozes do CDS: — É verdade!

O Orador: — Ah, os Srs. Deputados apoiam o comunicado da Juventude Centrista!

Temos ainda mais, Srs. Deputados: Os irmãos Balitagar, conhecidos annuaceáros, conhecidos agentes desta violência fascista, ostentam o emblema do ODS e afilmam-se inscritos no CDS...

Protestos do CDS.

- O Sr. Carlos Robalo (CDS): O PCP esquece-se do arruaceiro que é. Tem uma memória curta!
- O Sr. Presidente: Peço a atenção do Sr. Deputado Carlos Brito, poils já passaram os três minutos do tempo que tem para apresentar o protesto.
- O Orador: Sr. Presidente, não há menhum tempo prescrito para os protestos, a não ser em debates de tempo dilmitado. Apesar disso vou concluir.
- O Sr. Presidente: Está lengamado, Sr. Deputado, mas faça o favoir de continuar.
- O Orador: Esperaríamos que o CDS tivesse aproveitado esta oportunidade para se demarcar visivelmente dessas actividades, em que aparece na verdade implicado pelos factos conhecidos pública e notoniamente. Uma vez que o CDS não é capaz de fazer essa demarcação, esta Câmara e o País têm que retirar diaí as necessárias illações.

Aplausos do PCP e protestos do CDS.

O Sr. Presidente: - Silêncio, Srs. Deputados. Pausa.

Bem, quero dizer-lhes, Srs. Deputados, para vossa consolação, que eu assisti há dias a uma sessão ma Assembleia Nacional Francesa muito pior do que a nossa.

Risos.

Não estejam portanto muito preocupados, mas eu gostaria que isto não se repetisse.

O Sr. Deputado Carlos Brito tem razão quanto ao protesto, porque na verdade, a meu ver mal, está escrito realmente que não há prazo menhum, exigiindo-se unicamente que se limitem a indicar sucintamente o seu objecto e fundamento, e portanto, efectivamente, o Sr. Deputado Carlos Brito tem razão quanto ao prazo. Peço desou/pa.

Pausa

Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o disposto no n.º 3 do artigo 86.º do Regimento, que diz:

Apresentado à Assembleia o texto da proposta de voto pela Mesa ou por um dos Deputados subscritores, poderá usar da palavra para discussão um Deputado de cada partido pelo período máximo de cinco minutos, procedendo-se seguidamente à votação.

Sendo assim, cu não posso aceitar mais insorições do que aquelas que se encontram prescritas neste artigo.

Tem a palawra o Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente, estoulhe muito grato por me ter concedido a palavra.

Eu acho que seria perdulário perder a oportunidade de tirar desta controvérsia a lição fundamental que ela encerra: a de que o Partido Comunista Português é o partido mais senil de Portugal e a de que o CDS é o partido mais juvenil de Portugal.

Risos

- O Sr. Victor Louro (POP): Que lindo!..
- A Sr.º Ercília Talhadas (PCP): Vê-se, vê-se!...
- O Sr. Presidente: O Sr. Deputado está a fazer um contraprotesto, não é verdade?
 - O Orador: Exacto, Sr. Presidente.

Em termos de violência, e analisando global e politicamente essa violência, seja nos liceus, seja ao nível da sociedade portuguesa em geral, há que distinguir aqueles que promoveram e tiveram a iniciativa da violência e aqueles que usaram a violência apenas como modo de defesa e, às vezes, inclusive, como modo de legitima defesa.

- A Sr. a Ercília Talhadas (PCP): Oh, Sr. Deputado!
- O Orador: Acho que esta distinção é fundamental, e é também fundamental ao nível dos liceus.
- O CDS pensa que os problemas da juventude devem ser resolvidos pela própria juventude, em clima de autodetenminação, e é de facto espantoso que aquelts que falam em nome da libertação histórica venham para aqui, com tiques paternalistas, querer censurar a juventude, fazer de paizinhos bem comportados e de chefes de família ortodoxos.
- O Sr. Carlos Brito (PCP): Isso é que é paterna-
- O Orador: É contra essa atitude que o CDS se insurge plenamente, e é inadmissível que quem quer que seja que se sujeite a o esções nos liceus possa ser considerado como tendo uma atitude antidemocrática
 - O Sr. Jorge Leite (PCP): Não desvie as questões!
- O Orador: É também inadmissível que quem nos liceus recolhe os votos da maioria, como é o caso da Juventude Centrista, possa ser considerado antidemocrático.
- É esta a substância do protesto que eu queria dirigir ao Partido Comunista.

Aplausos do CDS.

- O Sr. Victor Louro (POP): Uma Finda perapectiva de democracia!
- O Sr. Presidente: Para que efeito pede a palavra Sr. Deputado Nuno Abecassis?
- O Sr. Nuno Abecassis (CDS): É para dar explicações, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Tenha a bondade

O Sr. Nuno Abecassis (CDS): — Primeiro que tudo, em vista do desenrotar desta discussão e depois da intervenção do Sr. Deputado Carlos Brito, eu retiro o meu requerimento e peço que o voto do Partido Socialista seja também votado hoje, mas em separado, como é evidente.

Em segundo lugar, queria dizer ao Sr. Deputado Arons de Carvalho que, sando ele dirigente, segundo suponho, da JS, muito me admira que não conheça os documentos autorizados da Juventude Centrista. E, se os conhece o Sr. Deputado não pode dizer nem generavizar casos, mesmo que fossem verdadeiros...

O Sr. Victor Louro (PCP): -São, são!

O Orador: — ... como atitudes da Juventude Centrista. Penso que o Sr. Deputado, tanto como nós, sabe qual tem sido a influência e a força da luta da Juventude Centrista no meio estudantil em defesa da democracia e da liberdade

Aplausos do CDS

Vozes do PCP: - Vê-se!

- O Sr. Presidente: Tom a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.
- O Sr. Acácio Barreiros (UDP): Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP vai votar a favor dos dois votos de protesto apresentados.

Uma voz do PS: - Assim é que é bonito!

O Orador: — Queria dizer que qualquer dos votos de protesto representa uma attitude que vem sendo exigida a esta Assembleia por estudantes, por país, e nomeadamente por associações de país do Porto.

Queria também dizer que estar a pretender reduzir o problema da violência nas escolas a questões internas dessas escolas que devem ser resolvidas poios estudantes, não devendo nós meter-nos nas escolas, é manifestar uma absoluta ignorância quer da gravidade do que se passa, quer, inclusivamente, da extensão e do significado do que se está a passar nessas escolas. E o que lá se está a passar é um problema nacional, e, consequentemente, um problema desta Assembleia da República.

Mas mais ainda: a actividade de grupos perfeitamente organizados, as toneladas de propaganda, seja de propaganda fascista, seja de pornografia, não são questões internas das escolas, pois necessistam de máquinas com dinheiro para as produzir, de estarem apoiadas em redes e em grupos de grande poder. Isto, necessariamente, não são problemas internos das escolas.

Não se pense que o que se está aqui a debater ou que o problema dessas escolas são meia dúzia de panfletos de um ou outro estudante fascista mal comportado ou arruaceiro. São grupos perfeitamente organizados que têm os seus apoios, que são apoiados por grandes organizações. Isso já vem desde o 25 de Abril, e a UDP já teve a oportunidade, nesto

Assembleia, de por várias vezes denunciar a existência de distribuição de pornografia e de droga. Ora não me venham dizer que se fabricou droga dentro das escolas e que isso foi da iniciativa de dois ou três estudantes reaccionánios. A droga foi introduzida nas escolas por redes forçosamente com grande apoio, e iisso até é denunciado internacionalmente noutros países.

- O Sr. Carlos Robalo (CDS): Será o senhor que financia a propaganda?
- O Orador: Se o Sr. Deputado quiser interromper, interrompa, porque não estou a percebê-lo.
- O Sr. Carlos Robalo (CDS): Pergunto-lihe se o Sr. Deputado financia essa propaganda.
- O Sr. Presidente: Eu peço ao Sr. Deputado Acácio Barreiros o favor de concluir as suas considerações, porque este prob'ema não pode continuar a ser discutido.
- O período de antes da ordem do dia não pode ser pro'ongado, porque já houve prolongamento na passada terça-feira. A discussão do problema vai portanto findar e só será retomada na próxima sessão.

Faça pois o favor de concluiir as suas considerações

- O Orador: -- Só para concluir, queria ainda dizer o seguinte: várias associações idemocrátileas, inclusivamente parlamentos de outros países, têm vindo a tomar posições em relação a listo. Portanto, vir para aqui invocar que se trata de um assunto sem grande importância é estar a dar cobertura a essas acções que estão a ser desenvolvidas nessas escolas. E esse é que é o significado objectivo das pos ções que tem vindo a ser aqui tomadas, nomeadamente pelo CDS, porque quando se trata de condenar isto — e os votos que se encontram aqui são bem olaros quanto àquilo que condenam —, o CDS, por este ou aquele argumento, está a pretender que esta Câmara não tome uma posição unânime nesta matéria. Aliás, por mim, digo que isso até é esclarecedor para os estudantes e para os própirios pals, pois terão oportunidade de ver quem vota e quem não vota os votos que aqui estão apresentados, o que ajudará a compreender o que realmente se está passando nas escolas. Não tenho qualquer problema em afenmar — e já aqui o disse várias vezes —, que, na verdade, a Juventude Centrista — não, é claro, todos os seus elementos — tem em muitas escolas largas responsabididades na colaboração com organizações da extrema-direita. Isso é do conhecimento de quaisquer estudantes nessas escolas.
 - O Sr. Rui Pena (CDS): É falso, Sr. Deputado.
 - O Sr. Nuno Abecassis (CDS) -- É pura mentira.
- O Orador: Finalmente, queria dizer que os estudantes da UDP e todos os estudantes democratas das escoras estão já hoje a lutar e continuam a lutar contra as agressões fascistas e contra a propaganda fascista. Mas o que cles exigem e o que a UDP entende que é correcto é que esta Assembleia tome

posições e que as autoridades neste país tomem também posições, em vez de andarem a fechar os othos a essas agressões e a essas grandes nedes internacionais que etão a apoiar a tentativa de degradação da nossa juventude.

A UDP também quer dizer que, depois destas considerações, vamos votar a favor dos dois votos aqui apresentados.

O Sr. Presidente: — Tenminou o período de antes da ordem do dia, pelo que continuaremos a discussão destes dois votos na próxima terça-feira.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Passando à ordem do dia, vamos iniciar a disoussão do projecto de les n.º 87/I — Lei Orgânica do Serviço do Provedor de Justiça.

Pausa

A Comissão que tem em estudo este projecto de lei n.º 87/1 terminou os seus trabalhos há poucos nrimutos e está ainda a tirar-se as cópias para serem distribuídas pelos Srs. Deputados.

Se estivessem de acondo, poderíamos passar ao ponto n.º 2 da nossa ordem de trabalhos, que é a votação final global da ratificação n.º 18/1, relativa ao Decreto-Lei n.º 254/77, de 15 de Junho, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral do Saneamento Básico. Depois voltaríamos, estando prontas as cópias do relatório, à discussão do projecto de lei n.º 87/1.

Pausa.

Como não há oposição, procederemos deste modo. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Costa, para proceder à leitura do relatório referente à ratificação n.º 18/I.

- O Sr. Fernando Costa (PSD): Relatório da Comissão de Equipamento e Ambiente sobre o processo de ratificação (m.º 18/1) do Deoreto-Lei n.º 254/77, de 15 de Junho.
- 1 Por iniciativa do PSD, foi requerida a ratificação do Decreto Lei n.º 254/77, de 15 de Junho.
- 2 Em 3 de Novembro de 1977, o plenário da Assembleia da República votou por unanimidade a ratificação do decreto-lei, tendo baixado, por requerimento do PS, à Comissão de Equipamento e Ambiente, para discussão e votação na especialidade das propostas apresentadas.
- 3 A Comissão reuniu, em 16 e em 22 de Novembro de 1977, para a discussão e votação na especialidade das propostas apresentadas pelo PSD (dez) e pelo PCP (duas), oportunamente publicadas no Diário da Assembleia da República.

Aberta a reunião, cada um dos partidos fez uma análise geral sobre o decreto-lei, realçando os aspectos mais relevantes, segundo os seus pontos de vista, tendo em conta as propostas apresentadas.

4 — Passou-se em seguida à discussão e votação de cada uma das propostas. Assim:

- a) Foi aprovada a proposta de eliminação de uma frase do artigo 1.°, apresentada pelo PSD, apenas com a abstenção do PCP;
- b) Foi rejeitada a proposta de eliminação do artigo 6.°, n.° 2, alínea b), apresentada pelo PSD, com votos contra do PS e PCP e votos a favor do PSD e CDS. Entretanto, a Comissão aprovou por maioria (PS e PCP), com votos contra do PSD e abstenção do CDS, uma nova redação para a referida alínea.
- c) Foi rejeitada a proposta de substituição das alíneas a) a h) do artigo 7.°, n.º 1, apresentada pelo PSD, com votos contra do PS e PCP e votos a favor do CDS e PSD. Da discussão surgiu um novo texto, que fez vencimento na Comissão, com a maioria formada pelo PS e PCP, com os votos contra do PSD e a abstenção do CDS;
- d) Foi aprovada, com votos a favor do PS, PSD e CDS e a abstenção do PCP, a proposta de substituição do artigo 7.º, n.º 3, alínea a), apresentada pelo PSD;
- e) Foi rejeitada a proposta de substituição ao artigo 7.º, n.º 3, alínea b), subscrita pelo PSD, com votos contra do PS e PCP e a abstenção do CDS;
- f) Foram aprovadas por unanimidade as propostas de eliminação do artigo 9.º, n.º 1, alínea a), da autoria do PSD e do PCP;
- g) Foi rejeitada a proposta de eliminação da alínea d) do n.º 1 do antigo 9.º, apresentada pelo PSD, com votos contra do PS e do PCP e a abstenção do CDS;
- h) Foi rejeitada a proposta de eliminação do n.º 2 do artigo 9.º, apresentada pelo PSD, com votos contra do PS e PCP e a abstenção do CDS;
- i) Foi retirada pelo PCP a sua proposta de aditamento à alinea d) do n.º 2 do artigo 9.º, por se encontrar prejudicada pela nova redacção, formulada pela Comissão, a qual mereceu o voto favorável do PS. CDS e PCP e o voto contrário do PSD;
- j) Foi aprovada, com alteração, a proposta de adtamento ao n.º 1 do artigo 12.º, apresentado pelo PSD, com a abstenção do PCP e votos favoráveis dos restantes partidos;
- 1) Foi rejeitada a proposta de eliminação do n.º 2 do artigo 12.º, apresentado pelo PSD, com votos contra do PS e PCP e a abstenção do CDS.
- 5 O texto final das alterações aprovadas junta-se em documento anexo.
- 6 As declarações de voto na especialidade ficam igualmente em documento anexo, reservando os partidos a declaração de voto final para o plenário.
- 7 O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos presentes na reunitão de 13 de Dezembro de 1977 da Comissão de Equipamento e Ambiente.

Palácio de S. Bento, 13 de Dezembro de 1977. — pel'O Presidente da Comissão de Equipamento e Ambiente, João Lopes Porto. — O Relator, Fernando Costa.

O Sr. Presidente: — Vamos então proceder à votação fina global da ratificação n.º 18/I, relativa ao Decreto-Lei n.º 254/77, de 15 de Junho, que aprova

a Lei Orgânica da Direcção-Geral do Saneamento Básico.

Submetida à votação, foi aprovada, com 81 votos a favor (PS, PCP e o Deputado independente Aires Rodrigues), 48 votos contra (PSD) e a abstenção do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto tem a palavra a Sr. Deputada Helena Roseta.

A Sr.a Helena Roseta (PSD): -- Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando há algum tempo foi sujeita a esta Assembleia a ratificação do decreto-lei cuja votação final acaba de ser feita, votámos a favor dessa ratificação com um objectivo que, na altura, dissemos claramente. Votámos a favor porque entendíamos que, tratando-se de uma lei orgânica de uma Direcção-Geral, não competiria à oposição contender com os pressupostos dessa lei orgânica, mas entendíamos também que era necessário haver emendas importantes no diploma em tudo aquilo que transcendia a orgânica interna da Direcção-Geral. O sentido de nosso voto era sujeitá-lo a uma ratificação com emendas. Nesse sentido, apresentámos na Mesa 10 propostas de alteração ao articulado do decreto, que baixaram à comissão, onde foram devidamente discutidas.

Qual era o sentido das emendas por nós propostas? Esse sentido também aqui foi explicitado quando apresentámos a nossa posição na generalidade: queríamos que fossem retiradas do decreto-lei todas as referências ambiguas à criação de entidades gestoras de saneamento básico, que poderiam ser uma abertura à constituição de empresas públicas, sem que tal decisão tivesse sido alguma vez sequer proposta pelo Governo ou deliberada por esta Assembleia. Queríamos também que fossem retiradas do diploma todas as disposições que contendem directamente com a competência das autarquias actualmente definida pela lei das autarquias. Queríamos ainda que o diploma fosse sujeito a uma melhoria de redacção, no sentido de se tornar mais flexível, para que a orgânica de uma direcção-geral pudesse vir, posteriormente, a adaptar-se à política nacional de saneamento básico que aqui venha a ser definida, seja ela qual for, e não fosse uma orgânica orientada já no sentido de uma determinada política de saneamento básico, que nunca foi nem proposta, nem deliberada.

As propostas que fizemos à comissão não tiveram acolhimento na sua totalidade. Das dez propostas apresentadas, quatro foram aprovadas e seis foram rejeitadas. Das quatro propostas aprovadas três delas referiam-se à eliminação de partes da redacção prevista no texto inicial, no que se referia à continuação de uma política já anteriormente seguida. Todas as referências à continuação de uma política anteriormente seguida foram retiradas, de acordo com a nossa proposta, do texto final. Também propusemos, e foi aprovado, permitir que os funcionários municipais fossem considerados no provimento dos lugares dos núcleos regionais dependentes da Direcção-Geral do Saneamento Básico, o que inicialmente não estava previsto, pois apenas se considerava o provimento

de funcionários públicos e não de funcionários municipais.

Estes dois pontos são positivos, mas sucede em relação às nossas outras seis propostas, que foram rejeitadas, que entendemos que é extremamente grave que o PS e o PCP não tenham querade ter em devida conta as críticas que nós fazemos ao decreto. Por essa razão, modificamos o sentido do nosso voto nesta votação final global e passo a explicar o que é que, em nosso entender, ficou prejudicado pelo facto de não terem tido acolhimento as nossas propostas.

Propúnhamos, fundamentalmente dois pontos: em primeiro lugar, a eniação de comissões instaladoras de entidades gestoras de sancamento básico devia, pura e simplesmente, ser eliminada desta lei orgânica por razões que já aqui antes tínhamos expresso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Isso não sucedeu. Aquilo que a Comissão fez foi substituir essa designação — comissões instaladoras das entidades gestoras — por outra designação, que é «comissões de apoio à instalação das entidades gestoras de saneamento básico», designação que é talvez preferível à anterior, mas que não ressalva o fundo da questão.

Faço notar que a redacção que veio a ficar no texte final foi uma redacção proposta pelo Partido Socialista na Comissão, na especialidade, diferente da redacção inicial do decreto-lei e diferente da nessa proposta, mas que acabou por ter acolhimento na Comissão, com o nosso voto contrário

Passo aqui a transcrever a declaração de voto que fizemos na Comissão quando esta matéria foi aprovada na especialidade.

Votámos contra a nova redacção proposta pelo PS para a alínea b) do n.º 2 do antigo 6.º porque, apesar de ela aparentemente retirar às referidas comissões um papel deliberativo, remetendo-as para a situação de simples «comissões de apoio», não são salvaguardadas as nossas críticas de fundo, designadamente a quatro níveis:

1.º Não faz sentido considerar que se vai proceder à instalação de entidades gestoras de sancamento básico, uma vez que de acordo com a lei das autarquias já existem e são as câmaras municipais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — 2.º Não está de acordo com o papel que a mesma lei atribui às autarquias (em particular às assembleias distritais e municipais) presumir que a iniciativa da criação de novos órgãos no domínio de gestão do saneamento básico possa partir de outro âmbito que não seja o de deliberação dos próprios órgãos autárquicos.

Vozes do PSD: - Maito bom!

A Oradora: — 3.º O papel já desempenhado pelas comissões instaladoras, designadamente no que respeita à inventariação dos recursos existentes, pode continuar a ser desempenhado no quadro dos núcleos

regionais por equipas (que podem ser as actuais) por aqueles coordenadas.

4.º Por último, porque nos parece metodologicamente errado seguir, nesta matéria, uma política de factos consumados que venha a determinar as grandes linhas do sistema nacional de saneamento básico através de medidas como estas, sem que tal tenha previamente sido debatido e aprovado a nível do Programa do Governo ou de grandes opções para o Plano a médio prazo.

Vozes do PSD: - Muito bem!

A Oradora: — Também não tiveram acolhimento ma Comissão as nosas propostas no que diz respeito às atribuições que o decreto-lei, que acaba de ser ratificado com emendas, atribui ao Gabinete de Planeamento e de Estudos Económicos e Financeiros da Direcção-Geral. Nos tínhamos sugerido que as atribuições que este decreto-lei fixa para esse Gabinete devessem ser passíveis de uma nova redacção que desse mais flexibilidade às funções do Gabinete e que diminuísse ou eliminasse totalmente as possibilidades de um órgão técnico vir a assumir funções que, de acordo com a lei e com a Constituição, devem competir às autarquias e não a um órgão técnico. As nossas propostas não foram aprovadas. Porém, obtiveram acolhimento algumas propostas do PS, no sentido de alterar uma ou outra palavra no conjunto das atribuições previstas para o referido, não se tendo ido de novo ao fundo da questão.

Deste modo, torno a apresentar a declaração de voto que fizemos na Comissão:

Votámos contra a nova redacção para o artigo 7.°, n.º 1, alíneas a) a h), apresentado pelo PS, porque, embora ela melhore o texto inicial num ou outro ponto, não afasta as nossas críticas de fundo, a saber:

- 1—Excessiva rigidez na definição das funções do Gabinette de Planeamento e de Estudos Económico-Financeiros, que a nosso ver deveria ser suficientemente flexível para poder adaptar-se às orientações que a nível nacional, pelos órgãos competentes, forem tomadas quanto à política de saneamento básico do nosso país:
- 2 Excessiva intervenção de um organismo técnico na definição de uma política que, de acordo com a actual legislação, compete às autarquias.
- Sr. Presidente e Srs. Deputados: Apesar de não terem tido acolhimento estas propostas apresentadas pelo PSD à Comissão, mantemos aqui o compromisso que assumimos, ao dizer na discussão na generalidade que o PSD irá tomar uma iniciativa legislativa no sentido de apresentar a esta Assembleia uma proposta de lei sobre o sistema nacional de saneamento básico no nosso país. No fim desta declaração de voto, o PSD gostaria de reafirmar que espera, apesar de este decreto não ter sido aprovado de acordo com as propostas por ele apresentadas, que o propósito manifestado por todos os pantidos polítidos intervenientes nesta discussão, no sentido de não wir a proceder se à definição de um sistema nacional de saneamento básico sem a colaboração e audição das autarquias, seja efectivamente oumprido por

todos os partidos e que ninguém venha depois, pelas costas, a proceder de outro modo.

Aplausos do PSD.

- O Sr. Presidente: Tem a para vra o Sr. Deputado João Polido, também para uma declaração de voto.
- O Sr. João Pulido (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Durante a discussão na generalidade relatiiva ao processo de ratificação do Decreto-Lei n.º 254/77, cuja votação final agora se efectuou, afirmámos nesta Câmara que estava fora de questão a suspensão de um diploma cujo conteúdo principal respeita à orgânica de uma direcção geral, neste caso, a do Saneamento Básico.

Tal afrirmação reverlava que não era nossa intenção vortar contra a tratificação do diploma em causa, pelo memos enquanto considerássemos que o seu conteúdo principal continuava a ser a orgânica da Direcção-Garal e não outiro!

No entanto, também aqui reconhecemos que o mesmo decreto-lei continha e contém implicações que ultrapassam as atribuições e competências daquele departamento do Ministério das Obras Públicas, para penetrarem na esfera das atnibuições e competências das autarquias locais.

Entendemos por isso que seria oportuno o esclarecimento, a este propósito, da posição do Governo relatilivamente à anticulação das suas próprias atribuições e competências com as das autarquias, tendo para o efeito formulado algumas perguntas concretas. E entendíamos também, como é evidente, que a discussão e votação na especialidade deverta conduzir à intirodução de algumas alterações no texto do Ideoreto-lei, tendentes a salvaguardar de forma inequívoca a autonomia administrativa das mesmas autarquias locais.

Aconteceu, porém, que nem as perguntas formuladas foram satisfatoriamente respondidas, nem o sentido das votações na especia idade, na Comissão de Equipamento e Ambiente, se inscreveu claramente na linha de defesa da autonomila autárquica por nós precontizada. Pelo contrário, poderá dizer-se que nos pontos porventura, mais importantes prevaleceu o sentido centralizador que o decreto-lei já continha, embora se reconheça que as alterações aprovadas também introduzem algumas atenuações daquela característica.

Nestas condições, o CDS, se entendia não dever votar lesta ratificação, também não podia apoiá-la, nos termos lem que ela voltou a este Plenário. Daí, a nossa abstenção.

Vozes do CDS: - Muito bem!

- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Rodrigues, também para uma declaração de voto.
- O Sr. Raul Rodrigues (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os Deputados comunistas votaram na especialidade contra as propostas apresentadas pelo PSD que visavam a supressão das comissões instaladoras das entidades gestoras de sameamento básico, porque entendemos que estas são aquilo que consta do próprio decreto-lei, isto é, «organismos regionais transitórilos dependentes da Direcção-Geral do Sanea-

mento Básico». Votámos a favor da sua existência porque as consideramos organismos útels e necessánios, de ouja acção não poderá alguma vez resultar intromissão ou desvirtuamento da competência das autarquias docais. Por isso, votámos favoravelmente as diversas alterações que nesse sentido melhoraram o texto inicial.

Congratulamo-nos pela votação favorável realizada a propósito da nossa própria proposta de alteração da allínea d) do n.º 2 do antigo 9.º, porquanto dessa forma ficou claramente expresso que os núcleos regionais de saneamento básico não competirão com o poder local, antes contribuirão para o seu aperferçoamento.

Finalmente, entendemos que do debate, quer na genera idade quer ma especialidade, resultou claramente que os problemas de saneamento básico só podem ser satisfatoriamente resolvidos sob a acção de duas componentes fundamentais: adequados recursos financeiros, meios técnicos e uma política integrada virada para ultrapassar as carências neste sector da vida nacional, por um lado, e, por outro, a criatividade e participação activa das populações e das autarquias.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Há mais alguma declaração de voto?

Pausa

Srs. Deputados, eu queria pedir a vossa atenção por poucos segundos, porque me esqueci de dizer há pouco, na minha informação sobre a viagem a França, que fomos recebidos por um grupo de emigrantes em Orléans, e nos foi apresentado um certo tipo de reclamações, que, a mou ver, são importantes. Por isso, antes de satisfazeir o compromisso que tomei de levantar essa questão aqui na Assembleia, se for porventura oportumo e se forem justas as reclamações apresentadas, desejanda trocar umas impressões com os Srs. Deputados da Comissão de Niegócios Estrangeiros e Emigração e agradecia muito que na próxima terçafeira, no intervallo ou no princípio da sessão, fizessem o favor de me procurar.

Por outro lado, também gostaria de comunicar, o que faço com muito gosto, que efectivamente se deu nesta Assembleia ium acontecimento da malior importância, que foi a posse dos conselhos de informação prescriitos na Constituição. Foi um passo muito ilmportante na nossa vida constitucional, e apraz-me podê-lo registar neste momento. Como se impõe, dado que se aproxima a data de 25 de Dezembro, data em que termina o prazo para as respectiivas eleições e mais metodologia referente a este problema, eu queria avisar desde já os Srs. Deputados que se encontram presentes e que pertencem a esses conselhos - isto não significa que depois eu não mande circular pessoalmente um documento de aviso, por intermédio dos senviços da Assembleia, a cada um dos Srs. Deputados — que as reuniões dos conselhos de ilniformação serão no dila 21 do corrente mês: a do Conselho de Informação da Imprentia, às 10 horas, a da TV, às 11 horas e 30 mlinutos, a da Rádio às 14 horas e 30 minutos, e a da ANOP às 16 horas. Existe também uma ordem de trabalhos que me parece correcta: senia, em primeiro lugar, a eleição do presidente e secretário de cada um desses conselhos; em seguida, a metrodologia a adoptar para a chaboração do regimento e, por film, a fixação da data da próxima reunião, o que não significa que não possa haver alteração. Entretanto, como disse, o prazo termina no dia 25 deste mês.

Tem a pallavra o Sr. Deputado Soares Louro.

- O Sr. Soares Louro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós, PS, pensamos que os trabalhos dos conselhos de informação têm que ser, com efecto, rapidamente ordenados e programados, mas, dado o período de férias, dado que muitos elementos que constituem os vários conselhos de informação não são de Lisboa, nós prezaríamos que os trabalhos divessem início apenas no princípio do amo, nos dias 2 e 3 de Janeiro. É esta, pois, a proposta que apresentamos ao Sr. Presidente.
- O Sr. Presidente: Sim, simplesmente, é uma proposta contra a lei. A lei é expressa, diz que até ao dia 25 deste mês têm que estar eleitos os respectivos órgãos. Como é que eu posso fazer isto, Sr. Deputado Soares Louro?
- O Sr. Soares Louro (PS): Sr. Presidente, não sou eu que quero violar a leit V. Ex.ª é o guardião-mor da lei e nós estamos aquir para a cumprir. Contudo, nós fomos hoje empossados, os conselhos estão constituídos, trata-se apenas de pôr os conselhos em funcionamento em termos de execução prática. Assim, temos que os conselhos existem de direito e de facto.
- O Sr. Presidente: Mas faltam só cinco dias, Sr. Deputado. Temos que cumprir o prazo estabelecido, até porque é impossível alterar o prazo.

Firca então a eleição para o dia 21 deste mês.

Pausa.

Passamos agora à discussão do projecto de lei n.º 87/1 — Lei Orgânica do Serviço do Provedor de Justiça.

- O Sr. Deputado Jorge Leite pede a palavra. Faça o favor, Sr. Deputado.
- O Sr. Jorge Leite (PCP): Sr. Presidente, era para dar uma simples informação: é que não chegou a ser designado o relator desse projecto de lei, pelo que também não há relatório, estando-se portanto em condições de passar imediatamente à discussão e votação.
- O Sr. Presidente: Entretanto, o Sr. Deputado Pontes Leça pede a palavra.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

- O Sr. Pontes Leça (PSD): É apenas para lembrar que está requenido o processo da urgência e a dispensa de exame em comissão.
 - O Sr. Presidente: Tem razão, Sr. Deputado. Está portanto em discussão.

Pausa.

Como ninguém quer discutir, passamos à votação na generalidade do projecto de lei n.º 87/I.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

- O Sr. Presidente: Para fazer uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Pontes Leça.
- O Sr. Pontes Leça (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Assembleia da República acaba de aprovar, unanimemente, na generalidade, o projecto de lei n.º 87/I, relativo à Lei Orgânica do Serviço de Provedor de Justiça.

Trata-se de um diploma que resultou de um projecto de lei da iniciativa de Deputados dos quatro grupos parlamentares que integram a Comissão de Assuntos Constitucionais. O projecto mereceu a unanimidade não só dos subscritores mas, também, repete-se, deste plenário. Este facto, que novamente se repete, é extremamente significativo e nunca é de mais assinalá-lo. O Provedor de Justiça, órgão público já previsto em legislação posterior ao 25 de Abril, posteriormente consagrado na Constituição e já dotado do seu estatuto próprio, ficará agora a dispor da lei orgânica do seu serviço. Remata-se, finalmente, este edifício com as normas que hão de reger o funcionamento interno do Serviço do Provedor de Justiça. Este diploma preenche a necessidade premente de assegurar o exercício correcto e eficiente da elevada função que o Provedor de Justiça desempenha na sociedade e na vida pública pontuguesa. Daí que tenhamos requerido o processo de urgência para a sua discussão e votação — é urgente que a futura lei entre em vigor rapidamente — e daí também que tenhamos dado o nosso voto favorável na generalidade, sem embargo de, na especialidade, se proceder ainda a melhorias sensíveis do texto.

Este o voto do Partido Social-Democrata.

Vozes do PSD: - Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Cunha Pina.

O Sr. Cunha Pina (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Publicado o Estatuto do Provedor de Justiça, era de inadiável urgência fazer também a aprovação da sua lei orgânica. Como disse o Sr. Deputado do PSD, a iniciativa partiu de um grupo de Deputados que abrange os quatro grupos parlamentares desta Assembleia. O texto foi elaborado sobre um documento que nos foi enviado pelo Sr. Provedor de Justiça. Pensa o PS que o texto, com algumas alterações e ajustamentos a que se proceda na especialidade, se ajusta perfeitamente às necessidades do serviço do Provedor de Justiça, e por isso o PS lhe deu o seu voto favorável.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Christo, igualmente para uma declaração de voto.

O Sr. José Luís Christo (CDS): — O CDS votou favoravelmente o projecto de lei sobre o serviço do Provedor de Justiça por entender que o articulado agora aprovado na generalidade, para além de não levantar graves problemas de fundo, bem poderá servir de base para o trabalho que necessariamente terá ainda de ser feito, em sede de discussão na especialidade.

- O CDS espera, no entanto, poder colaborar com os restantes partidos com assento nesta Assembleia no sentido da melhoria do texto proposto, através das alterações que se julgue conveniente introduzir-lhe durante o debate e votação na especialidade.
- O Sr. Presidente: Também para declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Leite.

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Assembleia da República acaba de votar na generalidade o projecto de Lei Orgânica dos Serviços do Provedor de Justiça. A aprovação e publicação do Estatuto do Provedor de Justiça implicava a necessidade de aprovação da respectiva lei orgânica, disciplinadora do regime jurídico do respectivo serviço.

Trata-se, para nós, de proporcionar a este órgão público os meios necessários ao desempenho das suas altas funções. Não levantámos por isso obstáculos a esta inicitativa e subscrevemo-la, não obstante mantermos reservas relativamente a algumas normas, reservas aliás que já manifestámos durante a discussão na 1.ª Comissão.

Entendemos, de facto, que o projecto de lei acabado de votar na generalidade é susceptível de alterações na especialidade, para o que contamos, nomeadamente, com a colaboração que nesta matéria tem vindo a ser prestada pelo Sr. Provedor de Justiça.

Daí o nosso voto favorável.

Vozes do PCP: - Muito bem!

O Sr. Presidente: — Encontra-se na Mesa um requerimento, dentro dos preceitos regimentais, em que se pede que o projecto de lei seja submetido à discussão e votação na especialidade na Comissão dos Assuntos Constitucionais, que é regimentalmente a comissão competente.

Vamos passar à votação deste requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Baixará, portanto, à referida Comissão.

Acabo de ser informado de que há acordo entre os partidos para retirar para quarta-feira próxima o n.º 3 da ordem do dia marcada para hoje, ou seja, o início da discussão da ratificação n.º 24/I, relativa ao Decreto-Lei n.º 491/77, de 23 de Novembro, que institui a nível nacional, a partir do ano lectivo de 1977-1978, o ano propedêutico.

Passamos à votação final global da ratificação n.º 19/I, relativa ao Decreto-Lei n.º 344/77, de 19 de Agosto, que cria o Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP).

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Cid.

O Sr. Luís Cid (PS): — Sr. Presidente, dado que os traba hos da subcomissão ainda não estão acabados e há uma reunião na próxima quarta-feira de manhã, pedíamos que, de acordo com os restantes partidos políticos, este ponto da ordem do dia passasse para esse dia.

O Sr. Presidente: — Há alguma oposição?

Como não há, passará, portanto, para quarta-feira a votação global da ratificação n.º 19/I.

Passamos ao ponto seguinte: início da discussão da proposta de lei n.º 87/I, que altera a taxa sobre prémios a favor do Estado e receitas do Instituto Nacional de Seguros.

Existe algum parecer?

Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pires.

O Sr. Herculano Pires (PS): — Sr. Presidente, nos termos regimentais, nos pediamos uma interrupção de quinze minutos.

O Sr. Presidente: - Está concedida.

Eram 16 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: --- Está reaberta a sessão, Srs. Deputados.

Eram 16 horas e 34 minutos.

Por acordo dos grupos parlamentares, toda a matéria que ainda falta discutir e que estava incluída na ordem de trabalhos de hoje passa para a ordem de trabalhos da sessão da próxima quarta-feira.

A próxima será terça-feira, sendo a respectiva ordem do dia constituída pela apreciação do projecto de lei sobre o voto obrigatório.

Está encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 35 minutos.

Texto final elaborado pela Comissão de Equipamento e Ambiente, relativo à ratificação (n.º 18/1) do Decreto-Lei n.º 254/77, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral do Saneamento Básico.

LEI N.º...

Orgânica da Direcção-Geral do Saneamento Básico

Nos termos da alínea d) do artigo 164.º da Constituição, a Assembleia da República decreta:

Artigo único

O Decreto-Lei n.º 254/77, de 15 de Junho, que aprova a orgânica da Direcção-Geral de Saneamento Básico, passa a ter a seguinte redacção nas passagens do seu articulado que adliante se assinalam:

Artigo 1.º São atribuições da Direcção-Geral de Saneamento (DGSB), criada pelo Decreto-Lei n.º 117-ID/76, de 10 de Fevereiro, assegurar a execução da política nacional de saneamento bástico quanto à elaboração dos planos nacionais de realização de infira-estruturas, seu acompanhamento e controlo, à realização de estudos referentes à definição da política socio-económica a seguir, à utilização de verbas do Orçamento

Geral do Estado e ao apoio técnfico e científico a desenvolvier.

	6.° — 1	l	 •••	 	 • • •	•	 	 	 	 •	
a)			 	 	 						

 b) Comissões de apoio à estruturação das entidades gestoras do sameamento bástico.

Artigo 7.º — 1 Ao Gabiniete de Pianeamento e de Estudos Económico-Financeiros compete:

- a) Estudar as grandes linhas nacionais para a elaboração dos planos regionais do saneamento básico em colaboração com o Gabinete de Planeamento e Controlo do MOP, com os órgãos de gestão da água e os do ordenamento territorial.
- b)
- c) Analisari os orçamentos anuais de exploração e de investimento das entidades gestoras do sameamento básico, bem como o balanço, a conta de resultados e o mapa de origem e aplibação de fundos, tendo em vista a definição de uma política de comparticipações;
- d) Acompanhar a execução dos planos anuais para as entidades gestoras do saneamento básico;
- e) Promover, coordenar ou participar na realização dos seguintes estudos de apoio às entidades gestoras do saneamento básico:

Planos gerais de engenharia respeitantes aos sistemas de água, esgotos e lixos;

Estudos para organização da entidade gestora do saneamento básico, com especial incidência na fase de arranque;

- f) Coordenar e apoiar as comissões de apoio à estruturação das entidades gestoras do saneamento básico;
- g) Realizar os estudos necessários para a definição das políticas socioeconómicas e tarifárias, ou outros de que for incumbido;
- h)
- 3 À Direcção de Serviços de Projectos e Obras compete:
 - a) Promover a elaboração e apreciação dos projectos de grande amplitude ou que requeiram técnica espe-

das obras respectivas;	José Alberto Menano Cardoso do Amaral. José Luís do Amaral Nunes.
b)	José Manuel Medeiros Ferreira.
	José Maria Parente Mendes Godinho.
***************************************	Luís Patrício Rosado Gonçalves.
Artigo 9.º — 1 Os núcleos regionais de	Manuel Banroso Proença.
saneamento básico têm por função:	Manuel da Mata de Cáceres.
• • •	Manuel Pereira Dias.
 a) Estabelecer a ligação entre a DGSB e os organismos autárquicos, a 	Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
	oranio Orașio.
quem compete a gestão dos empreendimentos de saneamento	Partido Social-Democrata (PSD)
básico existentes;	António Joaquim Bastos Marques Mendes.
b)	António Jorge Duarte Rebelo de Sousa
2 As comissões de apoio à estruturação	António José dos Santos Moreira da Silva.
das entidades gestoras do saneamento básico	António Júlio Simões de Aguiar.
têm por função:	Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
a)	Carlos Alberto Coelho de Sousa.
b)	Cristóvão Guerreiro Norte.
·	Eduardo José Vieira.
•	Fernando José da Costa.
d) Coadjuvar os municípios na criação	João Vasco Paliva.
das entidades gestoras do sanea-	José Adriano Gago Vitorino.
mento básico e propor supletiva-	José Ângelo Ferreira Correia.
mente ao Governo, com o acordo	José Bento Gonçalves.
dos municípios envolvidos, a cria-	José Ferreira Júnior.
ção daquelas entidades, sem pre-	José Gonçalves Sapinho.
juízo das atribuições e competên-	José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
cias que por lei venham a ser	José Theodoro de Jesus da Silva.
cometidas às regiões administra-	Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
tivas.	Manuel Cunha Rodrigues.
	Manuel Joaquim Moreira Moutinho.
Artigo 12.º — 1 O recrutamento do pes-	Maria Helenia do Rego da Costa Salema Roseta
soal dos núcleos regionais de saneamento	Mário Fernando de Campos Pinto.
básico será feito:	Peidro Manuel da Cruz Rosetta.
a)	Victor Hugo Mendes dos Santos.
b)	
c) Em regime de comissão de serviço	Centro Democrático Social (CDS)
de funcionários das autarquias	António Jacinto Martins Canaverde.
locale a respectivos serviços muni-	Carlos Alberto Faria de Almaida

Carlos Alberto Faria de Almeida. Carlos Martins Robalo. Francisco Manuel Farromba Vilela. João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca. João Gomes de Abreu de Lima. João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida. José Luís Rebocho de Albuquerque Christo. José Manuel Cabral Fernandes. José Manuel Macedo Pereira. José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso. Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Cândido de Matos Gago. Carlos Alfredo de Brito. Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês. Domingos Abrantes Ferreira. Fernando de Almeida Sousa Marques. Francisco Miguel Duarte. Georgete de Oliveira Ferreira. Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira. Jaime dos Santos Serra. Joaquim Gomes dos Santos. José Manuel Paiva Jara. Octávio Floriano Rodrigues Pato. Victor Hennique Louro de Sá.

- locais e respectivos serviços municipalizados, por estes designados;
- d) [Texto idêntico à anterior alínea c)]

Palácio de S. Bento, 14 de Dezembro de 1977. — Pelo Presidente da Comissão de Equipamento e Ambiente, João Lopes Porto.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Albento Arons Braga de Carvalho. António José Sanches Esteves. António Manuel de Oliveira Guterres. Aquilino Ribeiro Machado. Carlos Andrade Neves. Carlos Cardoso Lage. Eunico Manuel das Neves Henriques Mendes. Fernando Abel Simões. Florival da Silva Nobre. Firancisco de Almeida Salgado Zenha. Francisco António Marcos Barracosa. João Soares Louro. Joaquim Oliveira Rodrigues.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues. Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

Deputados que faltaram à sessão:

Pantido Socialista (PS)

Alvaro Monteiro. António Alberto Monteiro de Aguiar. Antónilo Fermandes da Fonsoca. António Fernando Marques Ribeiro Reis. Beatriz Almeida Cal Brandão. Carlos Jonge Ramalho dos Santos Fenreira. Carlos Manuel da Costa Moreira. Carlios Manuel Natiividade da Costa Candal. Fernando Luís de Almeida Torres Marinho. Fernando Tavares Loureiro. Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto. Francisco do Patrocínio Martins. Francisco Soares Mesquita Machado. Jaime José Matos da Gama. João Francisco Ludovico da Costa. João José de Carvalho Taveira Pinto. Joaquim José Catanho de Menezes. Joaquim Sousa Gomes Carneiro. Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio. Mário Manuel Cal Brandão. Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.

Partido Social-Democrata (PSD)

Américo de Sequeira. António Augusto Gonçalves. António Luciano Pacheco de Sousa Franco. António Manuel Barata Portugal, Fernando Adriano Pinto. Fernando José Sequeira Roriz. Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota. Maria Élia Brito Câmara. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa. Alcino Cardoso. António Simões Costa. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca. Diogo Pinto de Freitas do Amaral. Emídio Ferrão da Costa Pinheiro. Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias. Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Morais. João da Silva Mendes. José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro. Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho. Narana Sinai Coissoró. Rui Fausto Fernandes Marrana. Ruy Garcia de Oliveira. Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.

Partido Comunista Português (PCP) Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas. Maria Alda Barbosa Nogueira.

Independentes

Carlos Galvão de Melo.

O CHEFE-ADJUNTO DOS SERVIÇOS DE REDACÇÃO, José Pinto.